



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ACTA n.º 08

QUADRIÉNIO 2009 – 2013

(Art.º 56º a 60º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro)

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010

----- Aos vinte e nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Multiusos, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por António Manuel Rios da Fonseca Leal, Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

----- **Ponto número um** – Período antes da ordem do dia; -----

----- **Ponto número dois** – Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal; -----

----- **Ponto número três** – Análise, discussão e votação da 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano; -----

----- **Ponto número quatro** – Análise, discussão e votação da proposta de delegação de competências à Junta de Freguesia do Reboleiro; -----

----- **Ponto número cinco** – Análise, discussão e votação da proposta de liquidação de tornas à Cooperativa Bandarra, no âmbito do processo da dissolução/liquidação da F.M.T.- Feiras e Mercados Trancoso, Lda.; -----

----- **Ponto número seis** – Análise, discussão e votação da proposta relativa à nova Estrutura Orgânica dos Serviços do Município; -----

----- **Ponto número sete** – Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao actual Mapa de Pessoal; -----

----- **Ponto número oito** – Análise, discussão e votação da proposta de aquisição do edifício Palácio Ducal; -----

----- **Ponto número nove** – Período destinado ao público. -----

Depois de assinada a folha de presenças para verificação de quórum, constatou-se a falta dos deputados Mário do Carmo Lopes Castela, membro do Grupo Municipal do Partido Social - Democrata, e Leonel Matias Alves, substituído por Artur Rodrigues, António Augusto Rocha Rua, substituído por António Reis Ferreira, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, faltas essas devidamente anotadas, assim como as registadas pelos Presidentes de Junta de Freguesia de Moreira de Rei, Carlos António Varelas Pena, substituído por Cidália Maria Costa Santos; de Santa Maria, Amélio Manuel Martins Nunes Salvador, substituído por Hélder Jorge Baptista; de São Pedro, Eduardo António Rebelo Pinto, substituído por José Júlio Gomes; de Tamanhos, Nuno Filipe Cardoso Morgado; de Terrenho, Amílcar César dos Santos, substituído por Fernando Osório Santos; de Torres, Augusto Ferreira Salvador e de Vila Garcia, Nuno Miguel Pereira Caetano. -----

----- Considera-se ainda faltoso, nos termos do nº2 do Art.º 30º do Regimento da Assembleia Municipal – o qual prevê que: “Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos, ou, do mesmo modo, se ausente dos mesmos, por período igual de tempo”, o deputado municipal Manuel Pinto do Grupo Municipal do Partido Social-Democrata. -----

----- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Sr. Presidente do Município, Dr. Júlio Sarmiento, bem como os vereadores, Eng.º João Carvalho, Prof. Amílcar Salvador, António Manuel Gomes do Nascimento e Dr.ª Ivone dos Santos Mouco. -----

----- O Presidente da Mesa deu início à sessão referindo que queria fazer alguns reparos quanto à ordem de trabalhos, nomeadamente no que diz respeito aos pontos relativos à informação do Sr. Presidente acerca da actividade municipal e período destinado ao público, os quais não deveriam constar da mesma, por se tratar de uma Assembleia Extraordinária. Disse que a Lei refere que as sessões ordinárias devem ser realizadas em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, o que poderá levar-nos ao raciocínio que a sessão ordinária é a primeira e as extraordinárias são as subsequentes. Mas, na sessão ordinária a realizar em Novembro ou Dezembro, é obrigatório apresentar o Orçamento e o Plano de Actividades. Mais disse que, é o segundo precedente, sendo que o primeiro é no 25 de Abril, quando temos possibilidade de reunir a Assembleia Municipal no dia 25 de Abril e outra vez mais tarde para aprovar a conta de gerência. Nestes casos também consideramos a primeira extraordinária, o que quer dizer que vamos considerar esta extraordinária, mesmo correndo o risco de uma eventual inspecção nos fazer algum reparo de que esta sessão deveria ser rotulada de sessão ordinária. Sendo assim deve constar na ordem de trabalhos aquilo que foi solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara. Seria ilógico, e não o solicitou, a informação acerca da actividade municipal; no entanto, uma vez que tem a informação disponível vai ser apresentada, pese embora a mesma informação daqui a um mês talvez ser repetitiva. Quanto ao período destinado ao público, tendo em conta que hoje eventualmente seja um dia em que há pessoas que queiram intervir, vai-se manter na Ordem de Trabalhos. Em seguida informou que se iria passar à apreciação da acta anterior. Aberto o espaço para intervenções, deu a palavra ao deputado Amaral Veiga. -----

----- Este mencionou que todos nós temos consciência de que uma acta de uma Assembleia Municipal é um documento que fica para a história do Município e, por isso, disse que ele e o restante grupo municipal do PS entendem que a acta deve ser uma súmula de tudo aquilo que aqui se diz, mas deve ter a preocupação não só do rigor, (nesse aspecto não há nada a apontar), mas também quanto à forma como é elaborada, ao seu discurso, à sua forma narrativa. Julga que é necessário que haja uma melhor redacção da acta, na medida em que quando estamos a proceder à sua leitura, começamos com um discurso indirecto e, de repente, sem que a frase termine, entramos num discurso directo, na transcrição integral daquilo que foi dito. Disse que espera que entendam que não é uma crítica a ninguém, mas é um documento que queremos que os nossos vindouros leiam com agrado. -----

----- O Presidente da Mesa disse que as sessões da Assembleia são gravadas, procura-se dentro do possível verter para a acta as palavras do interveniente, depois é feita uma vistoria final que tem sido realizada pelo Dr. Leonel, mas que desta vez, por exiguidade de tempo, não conseguiu realizar com a profundidade desejada. De qualquer maneira, realça-se o esforço da D. Susana em verter tudo aquilo que é dito aqui e reformular a maioria das coisas, antes da observação final feita pelo Dr. Leonel. Informou que se iria passar à votação, sendo a acta aprovada por maioria com sete abstenções. Mencionou que se iria passar ao **ponto um** referindo que a Assembleia terá de respeitar o período de tempo previsto no Regimento. Deu a palavra ao deputado Nuno Rodrigues. -----

----- Este mencionou que na passada sexta-feira, ele e o Dr. Rogério Tenreiro tiveram uma reunião com um comerciante local, o qual representava outros, para debater o modo como funciona o Centro Comercial Grossista localizado junto ao Estádio. Foi-lhes pedido que lessem uma carta, que já é do conhecimento da Câmara e que também foi enviada à ASAE, a qual irá ser transcrita na íntegra: -----

“Trancoso, 14 de Outubro de 2010

Assunto: Centro Comercial Grossista

Em Trancoso existe actualmente um Centro Comercial Grossista que às sextas-feiras, dias de mercado semanal nesta localidade, abre as suas portas, supostamente, aos retalhistas que lá queiram adquirir as suas mercadorias para posterior venda nos seus estabelecimentos comerciais. Acontece porém, que neste Centro Comercial Grossista, não são controladas (como deve ser) as entradas das pessoas que lá se deslocam para efectuar as suas compras. Assim, pode entrar e comprar naquele Centro Comercial qualquer pessoa que lá se dirija, quer seja ou não comerciante.

Esta situação, para além da actual crise que o país atravessa, provoca graves prejuízos nos estabelecimentos comerciais, não só de Trancoso, como também nos estabelecimentos existentes no concelho. Os consumidores finais em vez de comprarem nos estabelecimentos comerciais desta localidade, fazem as suas compras neste Centro Comercial que deveria destinar-se apenas a quem tem actividade empresarial aberta.

Os comerciantes de Trancoso já tentaram a resolução deste seu problema junto da Associação Comercial respectiva, da Câmara Municipal de Trancoso e através de outras iniciativas, nomeadamente, através do envio de uma carta à ASAE de Castelo Branco a dar conhecimento da situação. No entanto, nada tem surtido efeito e o nosso desespero é cada vez maior... Os comerciantes de Trancoso não são contra a existência deste Centro Comercial, são contra, isso sim, a venda indiscriminada neste Centro de produtos/artigos a qualquer um que lá se desloca, quer seja ou não comerciante.

Os comerciantes do Concelho de Trancoso. “-----

----- O deputado Nuno Rodrigues mencionou, após a leitura, que concorda com a posição tomada pelos comerciantes. Não sabe o que a Câmara poderá ou não fazer, mas pensa que o Centro Comercial Grossista foi feito com investimento da Câmara e se é para comércio grossista, os particulares não deviam poder comprar lá nada. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara referindo que sobre esta matéria está de acordo com a posição que foi aqui divulgada. A Câmara Municipal aprovou por unanimidade o envio de uma queixa à ASAE sobre esta matéria. Quando esta situação foi denunciada, colocaram um funcionário junto à entrada, o qual transmitiu que há muitos consumidores finais que efectivamente vão ao Mercado Grossista. O problema é que a Câmara não tem competências policiais e não pode colocar lá funcionários para impedir a entrada. Comunicou-se à ASAE e esta veio fazer uma inspecção. Disseram que quando chegou ao local, as portas estavam fechadas. O problema é que este organismo não pode apenas vir uma vez, assinalar a sua presença previamente e não voltar, porque a competência desta matéria é exclusivamente da ASAE. A Câmara nada mais pode fazer do que denunciar a situação às autoridades competentes, no caso, a ASAE, e transmitir aos donos das lojas do Centro Comercial Grossista a posição de que só lá podem ir comerciantes. Sugeriu que esta Assembleia pudesse votar por unanimidade uma recomendação dirigida à ASAE para mandar fiscalizar e actuar sobre o que se está a passar. -----

----- A Mesa e o deputado Nuno Rodrigues aceitaram a sugestão de votar uma recomendação no sentido de que a ASAE tome medidas relativamente à situação que se passa no Centro Comercial Grossista de Trancoso. -----

----- Interveio o deputado Amaral Veiga referindo que não conhece muito bem o figurino do mercado grossista. Presume que é um mercado limitado onde os comerciantes podem ir comprar. Conhece outros mercados “cash and carry”, onde só entram comerciantes munidos de um cartão que os identifica como tal. É evidente que se alguém consegue um desses cartões, mesmo não sendo comerciante, ninguém o poderá impedir de entrar. Os comerciantes grossistas devem ter alguém que abre e fecha a porta do espaço e que controla as entradas. Como tal, parece-lhe que deveria haver por parte desses comerciantes grossistas determinações rigorosas, de modo a só permitir a entrada a quem

estivesse munido desse cartão de comerciante e assim legitimado para entrar. Não sabe se é assim e se os grossistas também querem lá os consumidores finais. Mas, de qualquer maneira, pensa que também poderiam ser feitas recomendações à direcção do Centro Comercial Grossista, no sentido de eles próprios usarem mecanismos de controlo, sob pena de nós estarmos sempre a comunicar às autoridades o incumprimento da lei pela sua parte. -----

----- O Presidente da Mesa disse que provavelmente esta não é a primeira medida. Com certeza que os comerciantes avançaram para uma queixa à ASAE, porque outros métodos menos persuasivos não conseguiram demover os vendedores do Mercado Grossista. Por isso entende que se deveria avançar já para a recomendação de fiscalização por parte da ASAE. Como disse o deputado Amaral Veiga, caso haja outras possibilidades de persuasão, teremos de zelar pelo interesse do comerciante retalhista. Neste caso, conforme disse o Presidente do Município, a autoridade competente será a ASAE. -----

----- O deputado Nuno Rodrigues disse que apenas na reunião de sexta-feira tomou consciência do processo. De qualquer das formas não sabe de quem é a gestão do espaço. A Câmara o que poderá fazer é alertar a GNR para passar lá mais vezes para controlar. Quanto à questão da Recomendação disse apoiar a mesma. -----

----- Interveio o deputado João Baptista mencionando que relativamente a esta situação pensa que existem algumas incertezas. Questionou o Sr. Presidente do Município, no sentido de saber se quando foi solicitado à CMT um espaço para esse mercado, qual era o objectivo e o objecto da sua exploração. Parece-lhe que é importante que a autarquia esteja no primeiro plano na defesa e interesse dos comerciantes locais. Toda a gente sabe que o tecido comercial já teve dias melhores, e, de certeza que as duas comerciantes que se encontram no público, estarão cá para saber não só, mas também como é que uma Assembleia Municipal pode reagir face a um problema destes. Questionou o Presidente do Município se no momento em que foi solicitada à Câmara Municipal a perspectiva de ser instalado o mercado grossista, quais foram as condições impostas e se estas estarão a ser cumpridas. Sendo que não existe ninguém melhor para defender os interesses do comerciante local do que a Associação Comercial, ficou na dúvida se o deputado Nuno Rodrigues ao ler aquela missiva, estava na qualidade de representante da Associação Comercial ou se também o fez enquanto comerciante. Pensa que a Associação Comercial deve actuar paralelamente com a Câmara, e que, de facto, é o grande motor para defender os comerciantes desta terra. Se a ASAE cria, em determinados momentos de sexta-feira, um tumulto que é uma coisa aparatosa, para atacar pessoas que não têm condições para estar no mercado aberto, questiona se esta não terá autoridade para, de forma pacífica, realmente fazer valer os direitos dos comerciantes de Trancoso e obrigar o mercado grossista a ter uma adequada conduta de exploração. Na sua opinião será a primeira entidade a ser pressionada para que realmente discipline aquele mercado. Entende que os deputados Nuno Rodrigues e Rogério Tenreiro, enquanto estão ligados à estrutura da Associação Comercial, também podem ser os intérpretes deste processo porque acha que esta Associação em conjunto com a Câmara Municipal tem força para defender os comerciantes de Trancoso. -----

----- Interveio o deputado Rogério Tenreiro referindo que a Associação já por várias vezes reuniu com os comerciantes, com o Sr. Presidente da Câmara e todas as acções tomadas pela Câmara Municipal foram em parceria com a Associação Comercial. Referiu que a Associação Comercial, individualmente, tomou a iniciativa, em função das várias reuniões que teve com os comerciantes, de enviar uma carta à ASAE. Portanto, para esta entidade já foram três cartas, duas por parte dos comerciantes e uma por parte da Câmara, e hoje a intervenção do deputado Nuno Rodrigues, apesar de ter sido por

iniciativa própria, também resulta da reunião que eles tiveram com os comerciantes. A Associação está atenta a esta situação e tem feito os possíveis para que este assunto seja levado a bom termo. -----

----- Usou a palavra o Presidente do Município mencionando que desde há muitas décadas que existe em Trancoso o mercado grossista. Durante muito tempo, os comerciantes grossistas ficavam contíguos aos revendedores. Sempre tiveram pressão dos revendedores da feira para afastar os grossistas. Foram-se afastando os comerciantes grossistas do resto da feira, até que a Câmara recebeu um conjunto de comerciantes grossistas, que face a esta determinação de os afastar do mercado, vieram propor a construção, feita por eles, do mercado grossista se a Câmara disponibilizasse o terreno. Uma das condicionantes que o Município colocou, foi de que o mercado grossista só poderia abrir às sextas-feiras, nos dias de feira. A verdade é que se trata de uma estrutura privada, foi construída por privados e a gestão é privada. Têm lá um trabalhador por conta deles, que, por acaso, é um ex-fiscal da Câmara. Já foram chamados à atenção de que não poderiam vender ao consumidor final. O que acontece é que a Câmara não tem competência legal para colocar um funcionário para impedir a entrada a pessoas que não tenham cartão. Temos de ser exigentes é com a GNR e a ASAE para eles irem lá amiúde. Têm de ir lá as vezes que forem necessárias, até se encontrar uma solução, e aplicar coimas que sejam de tal modo dissuasoras, que as pessoas acabem por estar dentro da lei. Se não for desta forma, não vê outra maneira, só se a Assembleia Municipal quiser aprovar por unanimidade a extinção do mercado grossista. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Junta de Valdujo, Joaquim Ribeiro, referindo que mesmo com a fiscalização da ASAE, não sabe que frutos poderá ter. Isto porque aquele mercado foi licenciado pelo Município, e no âmbito desse licenciamento, estamos a falar num conjunto de comerciantes que se uniram e ali estão, sendo que cada um trabalha por si. A experiência diz-nos que o âmbito da actividade deles prevê, em termos fiscais, não só a venda por grosso mas também a venda a retalho, e, sendo assim, todas as fiscalizações que a ASAE possa fazer, tratando-se que, para além de grossistas também poderão vender a retalho, não terão consequências. Não sabe até que ponto o Município não poderá regulamentar, no âmbito do licenciamento que fez, o exercício daquela actividade, ou seja, sujeitá-la a controlo, de modo que os comerciantes só possam entrar munidos de uma identificação. A ASAE e a GNR só poderiam actuar se dentro daquele recinto, junto de algum particular, o mesmo fosse encontrado a fazer compras e estivesse institucionalizado o uso desse cartão. -----

----- Interveio o deputado João Paulo Matias referindo que apesar de concordar com uma maior necessidade de fiscalização por parte da ASAE, pensa que se estão a esquecer que, apesar de o espaço ser privado, foi licenciado pela Câmara, existe uma licença de utilização que deverá referir que o comércio que está a ser ali desenvolvido, é o comércio grossista. A Câmara tem o dever de verificar se naquele espaço está a ser desenvolvido o comércio conforme a respectiva licença de utilização, sob pena de esta não estar a ser respeitada e aí, naturalmente que a Câmara pode desenvolver várias acções. Uma delas é retirar a licença de utilização se efectivamente isso não estiver a ser respeitado; outra poderá ser através de um fiscal da câmara municipal, verificar a transacção entre o comerciante que está no local e o particular que está a comprar, e pedir a identificação do comprador e verificar se é um comerciante ou um consumidor final. -----

----- O Presidente do Município disse que a licença de utilização serve para verificar a conformidade ao uso. Aquilo foi licenciado para mercado grossista, e é um mercado grossista mas a Câmara não tem competência policial nesta matéria, nem para exigir identificação, nem para impedir a entrada das pessoas. Efectivamente que os deputados podem, a pedido da Associação Comercial, dar um parecer sobre esta matéria. -----

----- Interveio o deputado João Batista referindo que uma vez que a comerciante presente não pode intervir agora, pediu-lhe para transmitir que, efectivamente, toda a gente é portadora de cartão que é emitido por qualquer grossista que lá está. Disse-lhe que se ele for lá, tem direito a sair daquele mercado com um cartão, bastando dirigir-se a um deles. -----

----- O Presidente da Mesa referiu que como o público não poderá intervir nesta altura, poderia ser representado por um deputado municipal. -----

----- O Presidente do Município disse que o cartão que se pretende que seja apresentado, é o cartão de comerciante, com a sua actividade comercial e não aqueles cartões que eles passam. Disse que irão voltar a falar à ASAE e se alguém não colocar termo a esta situação, irão ser estudadas outras formas de actuação entre a Associação Comercial e a Câmara para denunciar este facto. -----

----- Usou da palavra o deputado Amaral Veiga referindo que lhe parece simples resolver a questão. A Câmara recomenda à GNR que em todos os mercados se faça uma passagem pelo Mercado Grossista e que fiscalize as pessoas que estão lá dentro. Se efectivamente forem portadoras do cartão com CAE, fiscalizam-nos e eles podem actuar. Isto é uma recomendação que a Câmara pode fazer à GNR, a qual de certeza irá acatar, o que, pelo menos, irá trazer alguma moral, a curto prazo, nesta matéria. -----

----- O Presidente da Mesa perguntou ao deputado Nuno Rodrigues se entendia que se devia manter a recomendação elaborada pela Associação Comercial, o qual respondeu afirmativamente. -----

----- Interveio o deputado Rogério Tenreiro referindo que para além da recomendação da Associação Comercial, poderia haver outra, que seria recomendar à gerência deste Centro Comercial Grossista que diligenciasse no sentido de controlar as entradas. -----

----- O Presidente disse que iriam ser votadas as recomendações. Postas à votação, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem de trabalhos. Deu a palavra ao Presidente do Município. -----

----- Este referiu que em primeiro lugar queria justificar a ausência do Vice-Presidente, Dr. António Oliveira, que se encontra a representar o Município numa reunião da Direcção da COMURBEIRAS em Figueira de Castelo Rodrigo. Na informação da actividade municipal disse que continuam em execução final o Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves, a remodelação da iluminação pública do Centro Histórico, a rede de água e saneamento de Moreira de Rei, cujo auto de suspensão foi levantado, bem como a de Esporões e Vale de Mouro em segunda fase; ampliação da rede da Póvoa do Concelho; a rede de água e saneamento de Castaíde; arruamentos em Moreirinhas, Falachos e em Castaíde; construção do pavilhão de eventos da Póvoa do Concelho; Centro de Dia de Corças; remodelação da Piscina coberta de Trancoso. Foram concluídas: a rede de água do Sintrão, pavimentação do beco das violetas em Trancoso, as duas zonas verdes da Quinta do Conde e Santa Maria; a escola do 1º ciclo que já foi inaugurada, e pequenas reparações na piscina coberta de Vila Franca das Naves. Estão adjudicados: o Centro de Interpretação da Cultura Judaica e a beneficiação do campo da feira em Trancoso que deve avançar dentro em breve. Foram aprovadas todas as candidaturas apresentadas pela Câmara ao PRODOR, que compreendem cinco caminhos agrícolas e também um conjunto significativo de iluminação rural agrícola. Estão abertas candidaturas ao programa PRODOR, no âmbito da Raia Histórica, para privados e públicos e vai haver uma sessão de apresentação no dia 7 de Dezembro na Raia Histórica. Disse ter informação sobre a taxa de execução do Programa “Mais Centro” do QREN, bem como um conjunto de obras

desenvolvidas por administração directa, como a escola do 1º ciclo de Rio de Mel, pintura interior, reparação do aqueduto da Quinta do Sameiro, pavimento betuminoso entre Granja e Dominga Chã; a beneficiação e móveis para o Jardim-de-Infância de Palhais; arranjo de caminho de acesso aos Montes e arranjo de um caminho rural na Povia do Concelho. Este conjunto de obras tem sido desenvolvido com a colaboração das juntas de freguesia. -----

----- O Presidente da Mesa abriu o espaço para intervenções. -----

----- Usou da palavra o deputado Luís Castro Ribeiro questionando o Presidente do Município se, por acaso, algum dos caminhos agrícolas aprovados no PRODER que consta no mapa das Grandes Opções do Plano, é o de Vila Garcia – Quinta do Prado. Questionou se esse caminho contempla alcatroamento. Disse que em 2005, ele e mais dez proprietários que têm propriedades no local denominado Vale Escuro, tendo em conta que é um caminho que servia antigamente de ligação entre Vila Garcia e Cótimos, disponibilizaram-se para ceder partes do terreno para que esse caminho fosse alargado, tendo apresentado um pedido à CMT, acompanhado de uma planta e a carta militar à escala 1/25 000 e pedindo para que se tomassem diligências nesse sentido. Disse que a Câmara Municipal nunca respondeu. Posteriormente pediu-se uma audiência à Câmara, o que também nunca aconteceu. Gostaria que este assunto fosse resolvido de uma vez e que a Câmara Municipal e a Junta de Vila Garcia o tivessem em atenção. -----

----- O Presidente do Município respondeu que os caminhos agrícolas aprovados pelo PRODER serão todos alcatroados. -----

----- Usou a palavra o deputado João Baptista referindo que queria felicitar a autarquia em relação aos trabalhos que estão a decorrer referentes à iluminação no Centro Histórico. Pensa que a Câmara também se deveria preocupar com a travessia das linhas e das antenas. Teve a informação que a antena que foi colocada junto ao Infantário permitirá no futuro poder suprimir as antenas que estão colocadas no Centro Histórico. Relativamente ao equipamento da Torre de Menagem, não sabe se depende do apuramento de quem o vandalizou, ou se a Câmara pode obviar este tipo de responsabilidade e colocá-lo novamente à disponibilidade de quem quer vislumbrar novas vistas de Trancoso. Relativamente ao IP2 disse que o Governo em bom momento decidiu concretizar este investimento e que naturalmente o Presidente do Município também teve a sua quota-parte para a realização desta obra enquanto autarca e em conjunto com a sua equipa. É uma via estruturante que permite fáceis acessos. Neste contexto questionou o Presidente do Município se tem alguma informação de quando será inaugurado este novo traçado. Disse que seria bom estar acautelado um Plano de Emergência a nível da Protecção Civil neste contexto de IP2 com perfil de auto-estrada para que possamos estar atentos àquilo que poderá vir a acontecer no futuro em termos de catástrofes e outras situações. Questionou o Presidente do Município se em relação à iluminação de Natal é perspectiva da Câmara fazer aquilo que é habitual ou se de outra forma, como será compreensível neste momento, haver alguma contenção em termos de gastos. Pensa que em termos de gastos, a autarquia poderia fazer algumas rectificações no referente à iluminação pública, porque há muita estrada e caminho que com certeza dispensará a carga de consumo a que todos assistimos. Relativamente a apoio aos livros escolares, questionou o Presidente do Município se a autarquia apoia ou não a aquisição de livros escolares. Se calhar até apoia e muitos de nós não conhece este gesto. Esse gesto é bem-vindo mas com certeza que haverá critérios que importará ajuizar. É neste contexto do ajuizamento do critério que gostaria de questionar o Presidente do Município e o representante da Junta de Freguesia de São Pedro. Passou a ler uma carta, assinada pelo Presidente de Junta de São Pedro, dirigida a um agregado familiar da Junta de Freguesia de São Pedro, onde dizia: -----

“Apoio escolar aos alunos do 1º ciclo, ano lectivo 2010/2011

A educação tem sido uma preocupação constante desta junta de freguesia ao longo do seu mandato. Assim inscreveu no seu parco orçamento o montante destinado a subsidiar a aquisição de livros escolares para os alunos do 1º ano do 1º ciclo com residência nesta freguesia, cujos pais aqui estejam recenseados e que não tenham tido subsídio da Câmara.” Disse que aqui se levanta a primeira questão, se concerteza não têm atribuição de subsídios por parte da Câmara, concerteza que há critérios. Ficando a saber qual foi o critério que a Câmara teve para que a Junta diga “que não tenham tido subsídio por parte da Câmara”, de imediato, questionou o representante da Junta da Freguesia de São Pedro no sentido de saber qual foi o critério da atribuição de subsídios de livros que a Câmara não deu. Continuou a ler: “Desta forma, a Junta procura ajudar as famílias a suportar as inúmeras despesas resultantes dessa importante tarefa que é a educação das nossas crianças, neste caso, daquelas que iniciam o seu percurso escolar. Esperamos no futuro e de forma progressiva possuir meios financeiros para alargar o âmbito da nossa ajuda, estendendo-a a alunos de outros anos.” Disse ser um gesto de louvar mas gostaria de ver esclarecido qual foi o critério para poder ajuizar porque é que a Câmara não deu e deveria ter dado, neste contexto. -----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Município para responder e disse que, de seguida, iria responder o representante da Junta de São Pedro, Sr. José Júlio Gomes. -----

----- Em resposta, o Presidente do Município disse que a abertura do IP2 está prevista no próximo dia 9 de Dezembro. É um troço em perfil de auto-estrada, valorizando o concelho de Trancoso e Vila Franca das Naves, mas não pode deixar de criticar publicamente a discriminação negativa que o acesso a Trancoso está a ter. Na verdade, o Ministério das Obras Públicas informou a Câmara por escrito que não beneficiava a estrada do Chafariz do Vento até Trancoso porque a Câmara tinha cedido essa estrada. A verdade é que acabou por beneficiar desde praticamente Celorico até à rotunda antes da estação de Celorico com passeios, uma estrada que é propriedade da Câmara Municipal de Celorico da Beira. Se esta estrada serve a alguém é a Trancoso, mas a Câmara já fez sentir essa discriminação junto do Ministério das Obras Públicas, junto do gabinete do Sr. Primeiro-Ministro e disse que não quer e não irá fazê-lo publicamente porque as relações institucionais com o Governo devem ser preservadas nesta matéria. Mas para aqueles que se interrogam sobre o acesso a Trancoso, quer dizer que se trata de uma discriminação, de uma ilegalidade aquilo que foi feito em Celorico da Beira. Quanto à questão dos subsídios escolares disse que têm conhecimento que a Junta de Freguesia de São Pedro há alguns anos atribui livros a todas as crianças do 1º ano que residam ou que os pais estejam recenseados na Freguesia de São Pedro. A Câmara de Trancoso há vários anos que entrega gratuitamente livros a todos os anos do 1º ciclo aos alunos carenciados, cujo escalão é atribuído pelo Agrupamento de Escolas. Disse que este ano fizeram uma reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro porque tem-se verificado que em anos anteriores houve crianças do 1º ano que receberam livros em duplicado. Este ano a Câmara entregou livros às crianças carenciadas de todos os anos do 1º ciclo e a Junta de Freguesia entregou às crianças que não eram beneficiadas pela Câmara. Disse ser meritória a atitude por parte da Junta de Freguesia. -----

----- Interveio o representante da Junta de Freguesia de São Pedro referindo que o que está combinado com a Câmara Municipal é que a Câmara atribui os livros do escalão A e a Junta de São Pedro aos restantes alunos. Quanto ao ofício que foi feito, foi pedido à escola, ao agrupamento de escolas, uma relação de todos os alunos subsidiados e não subsidiados. E a cada um dos não subsidiados foi enviado um ofício para se dirigir à Junta de Freguesia. -----

----- Usou novamente da palavra o deputado João Baptista mencionando que julgava porventura que a atribuição por parte da Junta de Freguesia estivesse efectivamente sujeita a um critério. Como eleitor da freguesia disse que a Junta deveria dar a quem realmente precisa porque dar a toda a gente acha que não é razoável, pois sendo assim, parece que a Câmara está para os carenciados e a Junta está para resolver os não carenciados. -----

----- Em resposta o representante da Junta de São Pedro disse que há dois tipos de alunos subsidiados pelas escolas, um escalão A, outro escalão B. O escalão B é de 50%, o escalão A pode ser 100%. Portanto a Câmara atribui os livros ao escalão A e a Junta de São Pedro atribui ao escalão B e aos restantes. Disse que este ano foram enviados 8 ou 9 ofícios a alunos de São Pedro, só ainda 1 é que se apresentou para receber o dinheiro. -----

----- Usou da palavra o deputado Amaral Veiga, para recordar que quase em todas as sessões da Assembleia Municipal desde que foi suspenso o saneamento de Moreira de Rei, concretamente o da sede, vinha perguntando para quando a retoma dos trabalhos. Disse que na última Assembleia foi comentado pelo deputado João Batista o facto de ele repetidamente vir aqui falar sobre a suspensão do saneamento de Moreira de Rei. Hoje pensava que o deputado viria aqui questionar sobre o assunto, mas parece que se esqueceu. Disse que teve uma reunião há poucos dias com o Presidente do Município e ele garantiu-lhe que a suspensão iria ser levantada, e só queria a promessa por parte do Sr. Presidente que, de facto, irá olhar para Moreira de Rei com os olhos que efectivamente a aldeia e a freguesia merecem. Felicitou o ritmo dos trabalhos em Moreirinhas e em Esporões. Espera a intervenção do deputado João Batista sobre esta matéria e desde já incentiva-o a tomar esta questão de Moreira como uma questão própria, porque tem raízes naquela terra e deveria também lutar por ela. -----

----- Em resposta, o deputado João Batista disse que na passada sexta-feira, pessoalmente, questionou o Presidente do Município sobre qual era o ponto da situação das obras em Moreira de Rei, e como ficou contente com a resposta, não colocou aqui a mesma questão, embora tenha recordado que na última sessão, em defesa da freguesia, também questionou o Vice- Presidente sobre esta situação. De qualquer maneira, seja Moreira de Rei, porque lhe é próxima por razões familiares, sejam todas as freguesias do concelho onde ele possa dar um contributo esclarecedor, podem contar com ele, porque está aqui para servir. -----

----- Interveio o deputado António Plácido, o qual disse que gostava de questionar o Presidente do Município relativamente à situação do lar da terceira idade prometido para Freches, aquando das últimas eleições autárquicas. Relativamente à atribuição dos livros por parte da freguesia de São Pedro, que nada tem contra, muito pelo contrário, disse que há dois anos atrás quando o seu filho entrou para a 1ª classe, também foi um dos felizes contemplados com essa carta. Só que ao vê-la, lembrou-se de dar os parabéns ao Sr. Eduardo Pinto, mas achou que ética e moralmente não lhe era correcto usufruir daquilo que a Junta lhe estava a dar, por isso não os aceitou. Congratulou o Presidente do Município relativamente a uma notícia que referia que no próximo ano iria ser feita uma Feira da Castanha no concelho de Trancoso, algo que devemos louvar e levar para diante. Esta peca apenas por tardia, porque Trancoso já deveria ter-se assumido como a verdadeira capital da castanha desta região e não continuar a perder protagonismo como tem continuado a perder para alguns concelhos limítrofes, nomeadamente Sernancelhe ou Penedono através da Cooperativa Penela da Beira. A castanha deve ser dos produtos que mais dinheiro traz para as famílias do concelho de Trancoso. É notório inclusive junto dos comerciantes da nossa cidade afirmações de que notam que a afluência de pessoas às suas lojas aumenta no período da apanha das castanhas. Outro assunto é o protagonismo mediático versus televisão que o

concelho de Trancoso tem tido quando comparado com outros concelhos, que considera de categoria ou posição idêntica ao nosso. Lembrou-se de referir esta situação porque à hora de almoço, nas notícias do canal 1, a notícia falava de um nevão na Guarda, Covilhã e Fundão. Em Trancoso também estava a nevar e não fizeram nenhuma referência ao concelho de Trancoso. O mesmo aconteceu o ano passado. Apercebemo-nos que várias vezes é dado o destaque a algumas iniciativas que são levadas a cabo em alguns concelhos de Trás-dos-Montes. Disse que a televisão neste momento representa muito e consegue fazer chegar muito mais longe do que qualquer outro meio de comunicação. Fez referência a duas reportagens que passaram no canal 2, no Domingo de manhã sobre Trancoso. Uma sobre o Congresso Sefardita e outra sobre as Sardinhas Doces de Trancoso, mas parece-lhe que são escassas e poderiam ter muitas mais. Um outro ponto que quis analisar foi que numa sociedade como a presente, em que cada vez mais, os consumidores se preocupam em consumir da forma mais cómoda, ou seja, procuram consumir os sítios onde se tem menos dificuldades de acessos. Preparamos, por exemplo, se formos a um Centro Comercial, metemos o carro no estacionamento e somos transportados até às lojas sem grande esforço, através de escadas rolantes e temos um carrinho para levar as compras. Entretanto em Trancoso, apesar de termos um centro comercial a céu aberto e um bom parque de estacionamento, ao entrar na Corredoura, num dia de chuva, temos nas Portas D'El Rei uma poça de água que quase não se consegue passar. Depois, se formos corajosos e conseguirmos passar, deparamos com a Corredoura sem condições para que duas pessoas possam conversar ou ver as montras lado a lado da rua. Se se levar um carrinho de bebé e nos cruzarmos com outro carro, cria-se mais uma situação complicada. Questionou para quando se prevê uma intervenção ao nível da Corredoura. A nível do Mercado Grossista, deviam-se analisar outras coisas. Quando se fala no mercado grossista dos têxteis ou de outras actividades que se levam a cabo no mercado semanal, nomeadamente, venda de frutas e legumes, supõe que também são consideradas como grossistas, pelo que não são só os comerciantes a transaccioná-las. -----

----- Em resposta às questões colocadas, o Presidente do Município, e relativamente à intervenção do deputado Amaral Veiga, disse que após a reunião com o Eng.º Vítor e a Dr.ª Céu decidiu-se levantar o auto de embargo da obra de saneamento de Moreira de Rei. O empreiteiro foi notificado para vir com um novo cronograma de trabalhos e o saneamento de Moreira com o acompanhamento efectivo poderá concretizar-se naquilo que está adjudicado. Moreira de Rei é um centro histórico notável, com vestígios arqueológicos muito diversificados e por isso o IGESPAR teve de se pronunciar e impôs o acompanhamento arqueológico daquela obra, que foi suspensa por causa da dificuldade em fazer esse acompanhamento. Disse que vão contratar dois prestadores de serviço na área de arqueologia, de forma a reforçar a equipa, porque para fazer o Centro de Interpretação da Cultura Judaica também será necessário acompanhamento arqueológico. Estão a ser feitas escavações no palácio ducal, havendo possibilidade de aí localizar o Centro de Interpretação da Batalha, estando prevista uma escavação de seis metros de profundidade. No campo da feira, também haverá acompanhamento arqueológico, portanto, temos um conjunto de iniciativas, que se não se disponibilizarem meios, acabarão por se atrasar significativamente. Disse que estão sensíveis para estudar, do ponto de vista da importância do centro histórico de Moreira de Rei, actuações concertadas e planeadas com a equipa de planeamento urbanístico e com os arquitectos, no sentido da sua valorização. Está convencido que o próximo orçamento da Câmara para 2011 vai clarificar essa política de investimento na freguesia e estão motivados para que isso aconteça. No que diz respeito à intervenção do deputado António Plácido, relativamente a Freches, disse estarem em preparação algumas coisas interessantes. Foi financiada a pavimentação em alcatrão de um caminho agrícola que vai ligar aos Carniões, e que a

Câmara a curto prazo vai colocar a concurso. Está a ser preparada, para ser respondida a esta candidatura do PRODER e da Raia Histórica, a reutilização do lagar de azeite da Cooperativa através de uma candidatura da Junta de Freguesia. No que diz respeito ao lar da terceira idade, a Câmara fez uma candidatura ao POPH e não foi aprovada, logo não foi possível participar este lar através deste programa. Mas a CMT tem na sua mente, até ao final do mandato, fazer a candidatura a programas comunitários, quer do lar de Freches, quer do lar de Vila Franca das Naves. No que diz respeito a este lar e a todos os que se perspectivem, tem que haver uma reflexão muito clara, virada para um horizonte de longo e médio prazo, relativamente a estas estruturas. Está convencido que o desemprego aliado ao problema da precariedade e das dificuldades financeiras que se estão a colocar às famílias, vão levar a que muitos idosos passem a ter as famílias a cuidar deles. Neste momento em Freches, a Misericórdia de Trancoso explora um Centro de Dia, que tem quatro utentes e tem o Apoio Domiciliário com cerca de oito. A Misericórdia de Trancoso tem um prejuízo anual de exploração deste Centro de Dia de perto de 50 000€. Disse que é muito fácil às pessoas exigirem qualidade de serviço, preços baixos e apoio social. Mais disse que vai fazer o desafio a Freches porque esta freguesia tem massa crítica e pessoas de grande qualidade, pelo que assume o compromisso de fazer a obra, mas suscitar na sociedade civil de Freches a constituição de uma associação que vá fazer depois o que vem a seguir, que é contratar o mobiliário, contratar as pessoas, pagar às pessoas, pagar a alimentação, negociar os protocolos com o Centro Distrital de Segurança Social e recolher depois das pessoas a mensalidade. Pensa que o momento que se vive não é o momento para criticar o que está para trás, cada um de nós deve ser chamado à sua responsabilidade, a dizer aquilo que pode fazer pelo emprego, pelo investimento, pelo próximo. Imaginem o que seria de Trancoso se todas as pessoas tivessem um emprego público e no tempo livre andassem a falar mal uns dos outros e ninguém tivesse tempo para investir numa empresa, num restaurante, etc. Os tempos que aí vêm não são para exigir do Estado, da Administração Local, é para exigir de nós uma resposta clara nos desafios sociais como cidadãos. -----

----- Em direito de resposta, o deputado António Plácido disse que não fazia a mínima ideia que o Centro de Dia de Freches tinha apenas essas pessoas, pensava que tinha mais do que aquelas que na realidade tem e desconhecia também que havia um balanço negativo de 50 000 € nas contas. Por outro lado, quando falou de um lar da terceira idade para Freches, também entende que se tiver de ser feito em algum lado que seja feito em Freches, ou seja, se dos quatro ou cinco que deveriam ser feitos só se puder fazer um, que se faça em Freches porque entende que esta freguesia tem os mesmos direitos que têm os outros onde já foram feitos ou se prevê que venham a fazer-se. Quanto à criação de uma IPSS, não pode falar pelos outros, mas pela sua parte pode contar com ele. A Câmara assume a responsabilidade de fazer a obra e as pessoas que estejam interessadas assumem a responsabilidade de a gerir e de a administrar. Disse que se queremos criar emprego, também temos de ter condições na nossa terra para que este seja criado. Disse que não tem problema nenhum em dizer que a sua empresa só está em Trancoso, com 46 postos de trabalho, porque na altura quando quiseram fazê-la em Freches, não foram dadas condições para tal. -----

----- O Presidente do Município disse que Trancoso precisa de pessoas como o deputado António Plácido e a família, que criam emprego, fazem investimento, têm a sua marca em Portugal. São estas pessoas e esta massa crítica que dão desenvolvimento a Trancoso. -----

----- Usou da palavra o deputado Joaquim Ribeiro mencionando que a pretensão de Freches ter um lar é a pretensão de muitas freguesias. E antes de Freches, pelo menos, desde que ele é presidente da freguesia de Valdujo, os seus

habitantes o reclamam também. Portanto, se aqui é uma questão de prioridade, primeiro a quem primeiro reclamou. O repto lançado a Freches, Valdujo já há muito tempo o cumpriu, ou seja, têm a IPSS criada, assumiram a responsabilidade da gestão e só estão a aguardar aquilo que o Município cumpra, aquilo que se comprometeu a fazer agora com Freches. Como disse o deputado António Plácido, foi uma promessa da Câmara no âmbito das eleições, é verdade, mas também é verdade que Freches relativamente à Câmara não aceitou os projectos que lhe foram apresentados. Neste caso Valdujo aceitou-os. -----

----- Em resposta, O Presidente do Município disse que, em primeiro lugar, é o Presidente da Câmara de todos os Trancosenses e tem obrigação legal, moral e ética de fazer o melhor possível com o planeamento adequado dos recursos, onde eles se justifiquem. -----

----- Usou da palavra o deputado Paulo Leocádio, opinando que a Câmara não existe para fazer lares de idosos, o máximo que poderá fazer é ceder um terreno, se o tiver. Estamos a falar que a Câmara agora passe a gerir aquilo que o Estado Central já não quer gerir. Isto foi uma promessa eleitoral e não passa disso. É obvio que a Câmara não pode contratualizar com o Centro Distrital em termos de acordos. -----

----- Em resposta, o Presidente do Município disse que não há câmara no país que não tenha tido acções sociais. O papel do estado versus povo, é um papel que para nós é meramente complementar onde não existe iniciativa privada. A preocupação é que o Município tenha um papel ordenador do território. Indiscutivelmente que temos um pólo significativo em Vila Franca das Naves, em Freches, também na Ribeirinha, e temos de procurar em tudo o que fazemos, do ponto de vista das competências, como a educação, área social, do ponto de vista da promoção ao investimento, ter um concelho relativamente equilibrado. Onde existe iniciativa privada, ela deve subsistir com a ajuda e o enquadramento do Município. Portanto, a Câmara tem aqui que ter um papel subsidiário do ponto de vista de financiar junto da comunidade europeia, e depois suscitar a força da sociedade civil para se constituir uma IPSS e ela própria gerir. Disse que o Lar de Vila Franca das Naves que a Câmara quer contratualizar nos fundos comunitários, vai custar -lhe zero porque a Câmara dá boleia aos fundos comunitários e a IPSS local que tem quase 500 000€ no banco, vai ter de pagar a componente nacional dos 30%. No caso de Freches, também irá à boleia dos 70% dos fundos comunitários e a Câmara terá de investir os 30% naquela construção porque é uma localidade com massa crítica, com história, e este apoio pode ser indutor de algum desenvolvimento. Se calhar, futuramente concluiremos que serão unidades a mais. As pessoas que irão gerir aquilo verão a dificuldade que é gerir instituições desse tipo e vão ter depois de tomar medidas que criticam aos outros. -----

----- Interveio a deputada Emília Tracana mencionando que aquilo que lhe dá ideia que o presidente do Município disse, foi um apelo ao exercício da cidadania, para que as pessoas saibam as dificuldades de gerir uma IPSS, uma associação. Não basta reclamar, temos de ser empreendedores. Deu os parabéns ao deputado António Plácido porque tem sido um empreendedor nato, a marca Prisca é uma marca internacional, e pela forma como falou aqui também da questão da castanha. Disse que todos os anos a Escola Profissional faz uma festa da castanha e endereça convites a toda a gente, mas ainda bem que essa actividade vai passar para a autarquia. Pensa também que há que envolver os restaurantes para promover os cardápios com castanha. Congratula-se com a aquisição de dois arqueólogos para fazer prospecção da arqueologia do Centro Histórico a fim de prosseguir as obras que estão planificadas. Deu os parabéns pelos eventos que tiveram lugar, recentemente, como o Festival Internacional Sefardita e as exposições, destacando que a exposição relacionada com o Centenário da República já está em Viseu, recordando que actualmente se encontra a decorrer uma

exposição sobre os 200 anos das Invasões Francesas. Constatou ainda que o turismo está a aumentar em Trancoso, pelo que temos de melhorar a este nível, porque têm de ser criadas condições para reter os turistas por mais tempo. Concorde com o deputado António Plácido quando disse que tem havido falta de cobertura televisiva. É necessário haver mais cobertura para sermos mais mediáticos porque, por vezes, aparecem coisas no programa “Portugal em Directo” que não têm a menor relevância, e Trancoso promove coisas mais importantes e não aparecem. -----

----- O Presidente da Mesa referiu que se iria passar ao **ponto número três** da ordem de trabalhos. Deu a palavra ao Presidente do Município para fazer uma breve introdução sobre este tema. -----

----- O Presidente da edilidade referiu que esta segunda revisão orçamental tem como objectivo fazer algumas ligeiras correcções relativamente a um conjunto de obras que estão em desenvolvimento. No que diz respeito às obras que foram financiadas no âmbito do PRODER não tínhamos alguns caminhos que têm de entrar agora para serem colocados a concurso. No caso do Convento de São Francisco é a aquisição de uma unidade de calor que reforce a que lá está. No caso do Campo da Feira, os sanitários; no caso do Centro Escolar da Ribeirinha mudámos o nome que lá se encontrava porque vai deixar de ser um centro escolar de 1º ciclo para passar a ser um centro pré-escolar, e depois há um conjunto de obras que do ponto de vista da Câmara deveriam ser tratadas como delegação de competências porque no respeitante à dimensão como subsídios, são demasiado volumosas. -----

----- Aberto o espaço para intervenções, interveio o deputado Paulo Amaro referindo que isto é um claro exemplo de optimização da gestão dos recursos, pois, a Câmara Municipal, para execução de um conjunto de obras que foram financiadas através do PRODER e que não tinha previsto em orçamento, teve necessidade de proceder a esta revisão. O investimento a ser feito vai na ordem dos 1 159 000€ e tendo apenas uma contribuição do FEOGA e do PRODER de 649 000€, ficariam em falta 510 000€, necessários para cobrir as necessidades de auto-financiamento da Câmara para executar estas obras. Assim, houve necessidade de diminuir este valor em obras que já estavam previstas, nomeadamente, foram diminuídos valores no que diz respeito a saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos e meio ambiente. Parece-lhe que não são investimentos menos prioritários em detrimento dos outros e que gostaria que estivéssemos perante uma desorçamentação e não um desinvestimento, solicitando assim que na próxima sessão da Assembleia Municipal, na qual irá ser votado o Orçamento e Plano para 2011, que estas obras que foram desorçamentadas, possam estar previstas para ser executadas em 2011, porque são igualmente prioritárias. Uma vez que foi eleito como membro da Assembleia de Freguesia de Santa Maria, referiu que essas obras desorçamentadas incluem a ETAR industrial e a construção da rede de esgotos em Venda do Cepo, solicitando à Câmara para que não deixe estas obras esquecidas. -----

----- Em resposta, o Presidente do Município disse que em relação a Santa Maria, como acontece em Rio de Mel, a Câmara está a preparar os projectos da rede de águas e saneamentos, quer de Venda do Cepo, quer de Vila Novinha e por isso, uma vez que os projectos ainda não estão concluídos, a previsão orçamental não seria gasta e, como tal, fez-se essa desorçamentação, mas claro que continuam a ser prioridades, logo que os projectos estejam prontos. Está convencido que haverá condições no próximo orçamento de colocar essas duas obras para serem objecto de concurso. ---

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação sendo a mesma aprovada por maioria com 19 abstenções. Informou que se iria passar ao **ponto quatro** da ordem de trabalhos. Deu a palavra ao Presidente do Município que afirmou que por acordo entre o Município e o Reboleiro, que abrangeu as Juntas de

Freguesia de Palhais, Reboleiro e Sebadelhe, está a ser concretizada no Reboleiro uma zona empresarial. Ora, essa zona não está inscrita no PDM e portanto a Câmara estava impedida de fazer um investimento para uma zona empresarial que não foi criada no seu PDM. Por isso, entendeu-se que isto poderia ser realizado através da Junta de Freguesia que está a conduzir os trabalhos, e o pagamento da Câmara seria através de uma delegação de competências, e que depois na revisão do PDM, seria considerada esta zona como zona industrial. -----

----- O Presidente da Mesa abriu o espaço para intervenções. Não havendo intervenções, colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto cinco** da ordem de trabalhos. -

----- O Presidente do Município mencionou que a Câmara Municipal, a Aenebeira e a Cooperativa Bandarra constituíram uma sociedade, tendo em vista a construção do Mercado do Gado. Essa candidatura foi apresentada ao IFADAP, foi financiada, e nos termos do contrato do IFADAP, essa sociedade deveria ter um tempo de validade superior a 10 anos, tempo que já foi ultrapassado. Acontece que a feira de gado em Trancoso foi legalizada entretanto, através de um contrato entre a Direcção Regional de Agricultura e a Câmara de Trancoso e, por sua vez, com um protocolo com a Cooperativa Bandarra, centralizou-se a gestão do mercado de gado, o que quer dizer, que a estrutura do mercado de gado está a ser usada pela cooperativa através de um protocolo que a liga com a Câmara Municipal. Esta sociedade Feiras e Mercados de Trancoso concretizou o investimento e há muitos anos que não tem nenhum movimento, nem de receita nem de despesa, e havia que a liquidar. Ora, liquidá-la, significou avaliar o património porque o Município tinha a grande percentagem das quotas, 92%. Deste modo vai ficar com a propriedade do edifício, com os bens dessa sociedade e, portanto, há que dar tornas na percentagem do capital social da empresa à Cooperativa que teve um investimento de cerca de 8%. Neste momento, a Câmara já deliberou nesta Assembleia a sua extinção, A Aenebeira já deliberou a extinção, a Cooperativa Bandarra tem uma Assembleia marcada para deliberar a sua extinção, e através desta dissolução, o Município irá ficar com os bens da sociedade e irá dar 20 800€ à Cooperativa Bandarra em tornas pelo seu capital social. -----

----- Não havendo intervenções e colocada a proposta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis** da ordem de trabalhos. Deu a palavra ao Presidente do Município para fazer uma breve introdução., referindo este que a Lei 305/2009 estabeleceu a obrigatoriedade de todos os municípios do país, até 31 de Dezembro deste ano, adequarem a sua estrutura orgânica de acordo com um conjunto de regras. Assim, diz que há que ter uma estrutura hierarquizada e que o Município através da Assembleia Municipal tem a competência para fixar o número de unidades nucleares que são as direcções de departamento e as unidades orgânicas flexíveis que são as divisões administrativas. Apresentou, através de diapositivos, a proposta da nova estrutura orgânica com uma unidade orgânica nuclear, cinco unidades orgânicas flexíveis e cinco sub-unidades orgânicas. -----

----- O Presidente da Mesa abriu o espaço para intervenções e não as havendo, colocou a proposta a votação. A mesma foi aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto sete** da ordem de trabalhos. Deu a palavra ao Presidente do Município que explicou que deveria ser nesta sessão, em que a Assembleia aprovava a nova estrutura orgânica do Município, que se fizesse a apresentação de forma simplificada daquilo que se pretende em termos de quadro de pessoal para os próximos quatro anos. Evidentemente que o Município está obrigado por lei a que o custo com o pessoal não pode ultrapassar determinada percentagem sobre a receita corrente, e também vai estar obrigado, pelo Orçamento Geral de Estado que foi aprovado para 2011, a que em 31 de Dezembro de 2011 não possa ter mais despesa

em matéria de pessoal do que tinha a 31 de Dezembro de 2010. De qualquer forma, este mapa de pessoal até ao final do mandato, cumpre, desde logo, a percentagem relativamente à receita corrente e, evidentemente, que na sua implementação, a Câmara Municipal vai ter que fazer sempre as contas para que os custos de 2010 não sejam ultrapassados a 31 de Dezembro de 2011, cumprindo assim a norma que está no Orçamento Geral de Estado. -----

----- Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por maioria com 21 abstenções. Informou que se iria passar ao **ponto oito** da ordem de trabalhos. Deu a palavra ao Presidente do Município. -----

----- Este referiu que hoje o Palácio Ducal é um edifício que se apresenta quase em ruínas no Centro Histórico e, por isso, a Câmara Municipal não pôde ficar indiferente a um edifício nessas condições. Não poderiam invocar dificuldades na sua aquisição que, de todo o modo, a Câmara teria sempre que ultrapassar, porque aquele edifício é um edifício que marca e cuja preservação se impõe a qualquer política de intervenção urbanística no Centro Histórico de Trancoso. Para O Município tem dois investimentos previstos para aquele quarteirão. A Câmara definiu, há cerca de um ano, os parâmetros para a proposta que fez ao proprietário, ao sócio da DUCALGEST, Sr. Manuel Pinto, e mandou fazer uma avaliação daquilo que era o Palácio Ducal ao Eng.º João Luís, cujo resultado se estimou em cerca de 450 000€. Depois ofereceu-se o equivalente que a DUCALGEST despendeu na aquisição da casa do Sr. Ferreira e restantes construções, seguindo-se uma terceira verba que significava um pagamento até determinado montante, 200 000€, daquilo que custou desalojar os inquilinos. Esta terceira verba tinha razão de ser, pois existe uma deliberação do Município que previa a instalação da Escola Profissional, neste mesmo edifício, tendo o Sr. Manuel Pinto decidido ceder todo aquele espaço, por todo o tempo que fosse necessário, e a Câmara assumido o compromisso de pagar o desalojar dos inquilinos. Portanto, o montante a atribuir à DUCALGEST tinha estas três componentes, mencionando que a DUCALGEST fez prova documental de tudo isto. O que a Câmara acordou com esta sociedade foi adquirir por 500 000€ o Palácio Ducal, por 200 000€ a casa do Sr. Ferreira e anexos, e 200 000€ de indemnizações, tendo a DUCALGEST entregue 200 000€ do incentivo que recebeu de um projecto que não cumpriu. A Câmara entende fazer o Museu da Cidade no Palácio Ducal e separado o Centro de Interpretação da Batalha. -----

----- Aberto o espaço para intervenções, interveio o deputado Amaral Veiga, referindo que o grupo municipal do PS tem consciência de que os seus vereadores votaram, na reunião de Câmara, a favor da aquisição do Palácio Ducal. Disse que esta não será a posição que o Grupo Municipal do PS vai ter nesta Assembleia. Ouviram a explicação do Presidente do Município e com alguns dos argumentos apresentados estão de acordo, nomeadamente, o facto de o edifício estar em grande ruína e o facto de ser um imóvel emblemático. Esses factos têm relevância, porém, numa situação que é conhecida em que a CMT está bastante endividada, na situação de crise que atravessam todos os sectores nacionais e regionais, ir adquirir por um valor tão elevado aquele edifício, entendem que não é boa política no momento actual. Sempre conheceram o edifício do Palácio Ducal, esteve em condições, foi recuperado pelos seus donos, os seus fundos serviram para estabelecimentos comerciais, para os Correios, para a Escola Profissional, teve diversas utilizações e sempre se foi mantendo de pé. A sua ruína veio tornar mais difícil e onerosa a sua recuperação, e vai ser extremamente difícil recuperá-lo porque os meios necessários para a sua recuperação devem ser enormes. Por isso entendem que a CMT ao ir despender esta quantidade de dinheiro na sua aquisição e, particularmente, o facto de ter de o recuperar depois, irá trazer um constrangimento financeiro para os próximos anos que vai determinar todo o futuro da gestão

autárquica. Daí terem entendido que não era boa política adquirir esse equipamento. Talvez há 30 anos, quando o edifício foi vendido, nessa altura o jornal local “A Folha de Trancoso” comentou essa aquisição. Esse edifício foi vendido na altura por 3 750 contos e criticava a Câmara de então, pelo facto de não ter exercido a preferência nessa altura, embora, as Câmaras tivessem pouca disponibilidade financeira, mas teria sido uma boa aquisição. Hoje o edifício estaria requalificado e continuaria a ser o nosso Palácio Ducal. Entende que a Câmara ao adquirir este edifício vai criar um grande constrangimento financeiro para o futuro e por isso acham que a Câmara deveria pensar na aquisição do mesmo, mas não neste momento. Poder-se-á dizer que o edifício está em ruína, mas existem muitos outros em ruína. É necessário que os donos lhes dêem algum fim, não tem de ser necessariamente a Câmara a tapar buracos que os seus proprietários não quiseram tapar ao longo dos anos. Por isso a posição do grupo Municipal do PS irá ser a de votar contra a aquisição deste imóvel. -----

----- Interveio o deputado João Batista referindo que este é, de facto, um assunto que merece a reflexão de todos, porque muitas vezes as questões põem-se e acabam por embaraçar, quem de forma já pensada (e está a referir-se à autarquia e aos seus vereadores em conjunto) tomou uma decisão. A questão que se deve colocar, é: se a Câmara não compra, se o actual proprietário não pensa em reabilitar aquele espaço, o que fazer? Aquele edifício dá nas vistas, talvez pela sua traça e no nosso consciente todos pensamos que pena é um edifício destes estar nestas circunstâncias. Acredita que esta aquisição poderá trazer dificuldades à Câmara, mas também está em crer que a Câmara tinha de optar: ou exigia ao seu proprietário que reabilitasse aquele espaço, ou então, tendo na sua intenção a recuperação, com certeza que há-de trazer uma mais valia e um retorno para Trancoso. Muitas vezes, devemos ir mais além, e não estagnar porque o momento não foi o melhor, há negócios que se fazem ou não se fazem. Acredita que a Câmara, uma vez que se propôs comprar aquele sítio, de certeza irá recorrer a algumas fontes para financiar o seu investimento, com certeza que irá recorrer a situações apoiáveis e, se assim for, com certeza que facilitará todo o seu investimento. Se formos ao encontro da realidade daquilo que são os números, hoje há números que nos surpreendem. Ainda há pouco tempo uma simples casa no largo Luís Albuquerque, uma coisa estreitíssima, foi vendida por 80 000€, e é bom compararmos isto com a ideia do emblemático edifício, face àquilo que na realidade o proprietário tem em linha de intenção ao negociar com a Câmara, ou seja, cerca de 500 000€ porque há um reembolso de 200 000€. Se a Câmara não comprasse o edifício, não sabe que ruínas passariam a ser aquelas, face ao que já são agora. Há uma coisa que tem a certeza, que quando estiver concluído o Centro de Interpretação da Batalha de São Marcos conjugado com aquilo que poderá vir a ser o Palácio Ducal como Museu da Cidade, Trancoso vai ter um incremento extraordinário. É importante referir que a avaliação feita pelo Eng.º João Luís ronda os 450 000€, se a Câmara está a dar 500 000€, parece-lhe que não estão fora do mercado. Se a Câmara vai compensar a compra da casa do Sr. Ferreira e os encargos andariam por aí, será também um negócio em função do mercado existente. Na situação do desalojar dos inquilinos, está convencido que foi superior aos 200 000€, considerando aquilo que foi o café, a sapataria, o Dr. Ernesto Albuquerque, o Sr. Manuel Jacinto Duarte, o Sr. Hermínio. Perante esta situação, de facto, resolver-se-ia um problema. Decerto que o proprietário, Sr. Manuel Pinto, também se vê livre de um problema, naturalmente, mas também não é menos verdade que este local quando estiver reabilitado daqui a uns anos, todos iremos comungar que valeu a pena fazer-se um esforço. Terminou referindo que se a Câmara quiser comprar tem o seu voto favorável à aquisição. -----

----- Em resposta, o Presidente do Município disse que todos temos consciência de que os fundos comunitários não vão

ser eternos. Está convencido que o actual quadro comunitário vai ser o último quadro do ponto de vista do esforço para infra-estruturas e equipamentos. Quando Portugal aderiu à comunidade era como se fosse um jovem adolescente que precisava de formação, de classificações, para em 2013 ser um país que, sem fundos comunitários, possa estar na comunidade europeia de pleno direito, beneficiado já com um conjunto significativo de apoios e completamente preparado para esse jogo na economia global e no quadro da comunidade europeia. Quando os pais preparam os filhos até à idade em que acabam a formatura, querem que eles tenham as melhores qualificações. Trancoso e o país todo sabe que tem até 2013 para executar aqueles equipamentos e aquelas infra-estruturas com apoio comunitário, e depois em 2014 / 2015, quando acabar este quadro, vai ter de ser competitivo no contexto do Interior onde está, no distrito da Guarda, mas vai saber que é um concelho que conseguiu fixar gente e tem todas as condições para se desenvolver no quadro de competição com os outros concelhos, garantindo às pessoas que têm aqui capacidade para ganhar dinheiro, se se fixarem. Ninguém tenha ilusões que a gestão que vai ser feita em Trancoso, seja por quem for, a partir de 2014/2015 vai partir do pressuposto de que tudo o que era essencial foi feito e que, portanto, a gestão será muito diferente daquela que tem sido feita até agora. Se nós não conseguirmos compartilhar e concretizar todos os investimentos que nós entendemos que são essenciais, de modo a dar aos jovens a capacidade de serem competitivos, se deixarmos para 2014 a pensar que alguma vez virá outro quadro comunitário, nunca lá iremos. Tem de ser feito um esforço para concretizar um programa que temos até 2020 que traça três objectivos: Trancoso, centro de serviços, de comércio e de turismo. Neste contexto, o programa para este quadro comunitário de apoio, tem, como âncoras do ponto de vista do turismo, o Museu da Cidade, o Centro de Interpretação da Cultura Judaica e o Centro da Interpretação da Batalha; a remodelação do mercado municipal, eventualmente com um Centro Comercial, onde estamos a preparar uma candidatura à iniciativa comunitária Jéssica. Do ponto de vista de serviços, ter serviços que possam empregar e ajudar a fixar pessoas. Do ponto de vista do turismo, se Trancoso não tiver oferta museológica, não tem capacidade atractiva, sobretudo agora que vamos ter uma auto-estrada permitindo que as pessoas possam vir mais facilmente, não vamos concretizar isto que é essencial à atractividade de Trancoso? Hoje um turista vai a uma terra quando tiver o que ver, o que comer e onde ficar. Portanto a concretização destes projectos são âncoras deste processo no desenvolvimento de qualificação de Trancoso, tal como a requalificação do Mercado e da Corredoura. Temos de aproveitar todos os instrumentos para qualificar Trancoso com todos estes equipamentos, de forma a que em 2014/2015 seja capaz de ser competitivo no quadro dos outros concelhos. Do ponto de vista financeiro, disse que devíamos aprovar nesta Assembleia a aquisição do Palácio Ducal porque se não a aprovarmos nesta Assembleia, dificilmente teremos condições de o pagar. A Câmara de Trancoso contratou serviços para um plano de saneamento financeiro no sentido de ter duas finalidades principais: primeiro, pagar os compromissos de curto prazo e libertar a pressão sobre a tesouraria; depois, enquadrar um conjunto de financiamentos que irá ajudar a comprar o Palácio Ducal, fazer a obra da Câmara Municipal que não tem financiamento, mas pode vir a ter, e fazer o tal museu, o centro de interpretação pagando, os 30% da componente nacional, assim como o mercado público. Este plano de saneamento que projecta um investimento até 2014, vai envolver-se num projecto de contracção de um investimento a doze anos que nos vai obrigar desde este mês de Novembro até ao final desses doze anos, a ter uma trajectória descendente do endividamento e do défice orçamental. Trancoso, tendo um financiamento comunitário e gerando dinheiro para pagar estes fundos comunitários, pode ir muito além do que outros concelhos porque hoje a COMURBEIRAS tem uma taxa de execução de 20%, quando devia ter 100% em Dezembro de 2010, a maioria das Câmaras têm taxas de

execução de 10%, a Câmara de Trancoso tem uma taxa de 70% com a Escola e com a estrada de Aldeia Nova. Se formos competitivos, podemos ir buscar muito mais financiamento do que outros municípios e fica salvaguardado do ponto de vista da gestão, a monitorização para futuro, uma vez que nos irá obrigar desde este mês de Novembro até aos doze anos seguintes a ter sempre uma diminuição contínua do endividamento. Disse que Trancoso não é referido em lado nenhum como dos concelhos mais endividados. A aquisição do Palácio Ducal é uma peça fundamental para termos o tal pico de endividamento que nos vai permitir ir à CGD buscar, ainda este ano, o financiamento para este programa. O gabinete que está a preparar este programa, referiu um conjunto de câmaras em que não há banco nenhum que aprove planos de saneamento, e que se encontram, sim, numa situação de reequilíbrio financeiro. No quadro do distrito da Guarda não sabe se um conjunto significativo de municípios vai ter disponibilidade para orçamentar os vencimentos para o próximo ano, só por causa daquilo que representa a dívida às Águas do Zêzere e Côa. Portanto, é estratégico para Trancoso ir a este programa ainda este ano de 2010 para nos dar capacidade competitiva de pagar todo o curto prazo, quer às Juntas de Freguesia, às instituições, aos fornecedores e permitir concretizar este conjunto de investimentos porque se nós, com o temor dos próprios tempos, não tivermos o arrojo e a capacidade de até 2013 executarmos tudo aquilo que precisamos, se não for assim, chegaremos a 2014 sem ter um concelho competitivo que se irá aguentar com autonomia durante muitos anos. -----

----- Interveio a deputada Emília Tracana referindo que depois da intervenção do Presidente do Município, os deputados estarão esclarecidos sobre a importância e a oportunidade única da aquisição do Palácio Ducal. Disse que, como professora de história de arte, tem a dizer que aquele edifício é emblemático. Existem quatro edifícios, solares barrocos. Trancoso não iria perdoar se caísse um edifício desta natureza, com a dignidade que tem a fachada, o tecto em leque, a própria varanda e a escadaria lindíssima que pode ser salva quando fizerem o restauro. Disse terem na Escola Profissional um guarda-roupa barroco que poderá ser cedido aos futuros serviços desse museu. Há, de facto, toda uma história que não pode cair, que tem de ser valorizada, e o museu da cidade servirá exactamente para mostrar a história do edifício e também albergar todo o espólio patrimonial que existe em Trancoso. É uma oportunidade única e, como o Sr. Presidente disse, há a possibilidade de se pagar este investimento. Portanto se, o deixarmos cair, Trancoso nunca se perdoaria. Além do mais, se nas traseiras do Palácio Ducal se pode construir o Centro de Interpretação da Batalha, é mais um aliciante para o turismo. -----

----- Usou da palavra o Presidente de Valdujo, Joaquim Ribeiro mencionando que, em termos de localização do imóvel, atendendo à área que o mesmo aparenta ter, evidentemente que está de acordo com a aquisição. Quanto à questão da restituição do montante de incentivo à DUCALGEST é que tem dúvidas e gostaria de saber quando será feita a sua devolução porque parece-lhe que é a questão mais importante que resta saber neste assunto. -----

----- Interveio o deputado Amaral Veiga mencionando que o grupo municipal do PS é sensível a todas estas questões que foram levantadas, ao facto do edifício ser emblemático, ter interesse histórico, mas também sensíveis ao facto de nele se poderem vir a instalar equipamentos com interesse estratégico. Também gostaria de recordar que a aquisição deste edifício só é estratégica há dois, três anos, porque pensaram-se nos museus e não se perspectivavam para aquele edifício, portanto não lhe parece que a aquisição seja estratégica por esse facto. Há três anos atrás, enquanto foi vereador, chegou a ver uma maquete daquilo que se perspectivava ser o Centro de Interpretação da Batalha que não passava necessariamente pela aquisição do Palácio Ducal. Parece que a sua aquisição é, pelo facto, de estar em ruína,

então se está em ruína, adquiramo-lo como uma ruína e sendo uma ruína tem que ser por um preço muito mais baixo porque sabemos que as casas no Centro Histórico de Trancoso estão a preços muitíssimo baixos. Disse que, por razões profissionais, interveio na venda da casa do Sr. Ferreira, e também é verdade que a negociação foi por 200 000€, mas temos de ter em conta que nessa altura a DUCALGEST tinha interesse em comprar, porque, na verdade, aquela casa hoje não valeria nem 100 000€. Parece-lhe que se então a aquisição do edifício é tão necessária, que seja por um valor real. Não tem conhecimento de qual é a área daquele edifício, não sabe em quanto ficou o metro quadrado, deve ter ficado muito alto, e mesmo que tivéssemos de fazer uma correcção monetária da inflação dos últimos trinta anos, pensa que nunca de 3750 contos se passaria para a ordem dos 900 000€. Disse não ser insensível à aquisição, mas que seja por um valor de mercado. -----

----- Em resposta o Presidente do Município disse não se tratarem de 900 000€, são 700 000€. Quando o deputado Amaral Veiga foi vereador, a Câmara assumiu o compromisso, aquando da instalação da Escola Profissional, de pagar o desalojar dos inquilinos, uma deliberação que até agora a Câmara não cumpriu, portanto é um compromisso. Estas três componentes são todas objectivadas. Há 200 000€ de indemnização, que é um compromisso, há o pagamento de uma aquisição que pode ter sido cara, mas custou efectivamente aquilo, e depois há a aquisição do Palácio Ducal por 500 000€, resultante de uma avaliação. Este foi o negócio que foi possível e, ainda assim, descemos 100 000€ em relação àquilo que na reunião da semana passada tinha pedido o Sr. Manuel Pinto. Por outro lado, tinha-se previsto construir o Centro de Interpretação da Batalha no planalto de São Marcos, só que esse objectivo foi abandonado, sensibilizados pelo aconselhamento de alguns consultores. Também do ponto de vista do museu, enquanto a DUCALGEST teve aprovado com financiamento aquela unidade hoteleira, enquanto não desistiu dela, era para a Câmara um edifício que iria ser ocupado daquela forma. Só quando desistiram de fazer o hotel, é que a Câmara começou a encarar o problema porque é um edifício que não poderia estar numa situação de ruínas. Poderíamos obrigar o proprietário a fazer a sua consolidação, mas não se pode obrigar o proprietário a fazer uma obra nova e iria ser sempre um edifício consolidado, mas sempre em ruína, e isso também pesou. Disse que ou comprem o Palácio Ducal agora e o enquadram neste programa para ser pago, ou dificilmente o Município de Trancoso terá condições de pagar sequer 400 000€ em dois ou três anos. Portanto, há uma questão de oportunidade, há a questão de um objectivo estratégico e há uma negociação, que quem está por fora até pode dizer que poderia ter feito um melhor negócio, mas é uma questão muito subjectiva e admite que teria ficado mais contente se tivessem conseguido uma melhor negociação, mas não foi possível. -----

----- Interveio o deputado Luís Castro referindo que parte daquilo que queria dizer, já foi dito pelo deputado Amaral Veiga e questionou se o Palácio Ducal surge no seguimento do programa de apoio ao investimento, apoio este, que por diversas vezes pediu que houvesse aqui um relatório dos compromissos que tinham sido tomados, ou seja, das mais valias que foram feitas pelo programa. O proprietário do Palácio Ducal recebeu um investimento de 200 000€ e pensa que este investimento não deverá entrar nas contas, porque a seu ver, nem nunca deveria ter sido recebido. Por outro lado, estamos a falar de um outro valor que são 900 000€, que é aquilo que neste momento a Câmara irá disponibilizar, um valor que na sua opinião é excessivo porque, se procurarmos em imobiliárias, vemos aquilo que poderíamos comprar com esse dinheiro, e então se falarmos em ruínas, que é o que está em causa, vemos que é um valor excessivo. É incompreensível que na situação financeira em que a Câmara está, dê este valor pela compra do edifício. Relativamente à questão dos museus, tem todo o interesse a sua construção, mas lembrou que Trancoso também dispõe neste momento

de outros edifícios públicos que também merecem alguma consideração, nomeadamente, o Quartel da GNR, o edifício da Escola Primária, o antigo edifício do Centro de Saúde. Havia outras alternativas e a questão dos museus poderia ter sido estudada para esses locais. Relativamente ao turismo, como um dos vectores essenciais, referiu que se calhar com este dinheiro, se a Câmara fosse uma autarquia que tentasse dinamizar o turismo no espaço rural, se desse um apoio de 45 000€ a cada tipo de investimento através de um programa, estaria para apoiar fortemente o património sem ser o castelo, porque por vezes há casas bem mais modestas que fazem parte da nossa arquitectura tradicional que merecem ser recuperadas. -----

----- Em resposta o Presidente do Município disse que a anterior convocatória do PRODER que financia estes espaços rurais, no concelho de Trancoso, teve “zero” candidatura, e informou que no próximo dia 7 de Dezembro irá haver uma sessão de informação sobre o novo PRODER para que efectivamente as pessoas se possam candidatar. -----

----- Interveio o deputado João Baptista referindo que muitas vezes tem-se algum receio, pelo facto da Câmara ter bastantes dívidas, mas está aqui em causa um investimento. Recordando, quando se falava do valor do Pavilhão Multiusos era uma loucura, hoje pensa que está pago, todos o usufruímos. O deputado Amaral Veiga disse que a aquisição não é estratégica, parece-lhe que no caso da casa do Sr. Ferreira se considera estratégica porque consegue acoplar aquele edifício que já é uma mais valia pela sua traça arquitectónica. Disse que ficaria satisfeito se a bancada do PS não se dissociasse nesta matéria, até porque os vereadores do PS pensaram de outra forma, e considera que isto é uma questão de interesse concelhio, distrital e até nacional para o desenvolvimento de uma cultura e, acima de tudo, do turismo. Decerto que o PS quando for possível ter ali um edifício com o incremento que está no horizonte, ficará melhor consigo próprio, se nesta sessão da Assembleia contribuir para a concretização de um objectivo que é uma causa colectiva. Se compararmos em termos de valor aquilo que é a casa do Sr. Ferreira, 200 000€ para o edifício em si, indiscutivelmente que a casa está valorizada mais do que o edifício em si, mas tudo junto, e porque há uma devolução em termos de investimento que a DUCALGEST já recebeu, estamos a falar de 700 000€. Disse que o PS deveria rever a sua posição, se é aquela que é contrariar a aquisição. -----

----- Usou da palavra o deputado João Paulo Matias referindo que a Câmara Municipal tinha outro instrumento à disposição para resolver este problema e teria evitado esta polémica, que era o instrumento da expropriação. Através de uma expropriação pensada, seria possível chegarmos a um valor, que seria muito mais transparente, porque seria decidido através de um grupo de árbitros e teria levantado outras questões, nomeadamente a ideia, que fica de que isto foi tudo preparado para resolver um problema que era da DUCALGEST e não da Câmara Municipal. -----

----- Em resposta, o Presidente do Município disse estar de acordo com tudo o que o anterior deputado referiu menos com essa insinuação porque não tem nenhum interesse, nem directo, nem indirecto na DUCALGEST e nenhum interesse em resolver qualquer problema. A compra pode ter sido mal feita, a negociação pode ter sido péssima, mas a verdade é que não pode ficar aqui qualquer insinuação desse tipo. -----

----- Usou novamente a palavra o deputado Amaral Veiga respondendo ao deputado João Batista que convidou o grupo municipal do PS a reflectir sobre esta questão, pelo facto de o sentido de voto da bancada do PS não estar em sintonia com o dos vereadores do partido. Entendem que são minoria e que o PSD, por si próprio, pode aprovar esta proposta, e não é por aí que irá depender o futuro estratégico que a maioria tem para o concelho de Trancoso. Referiu que o grupo municipal do PS reflectiu sobre esta questão, quem é ele para demover os camaradas de uma decisão que já foi tomada

